O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 14 | Nº 41 | Boa Vista | 2023

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.7920708

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO: INVESTIMENTO OU DESPESA?

Juracy Machado Pacífico[1]

Ruth de Lima Dantas[2]

Aieska de Souza Brandt[3]

Sérgio Luiz Pacífico[4]

Resumo

O estudo versa sobre a educação das crianças de 0 a 5 anos que moram em áreas rurais do município de Porto Velho/RO. O objetivo foi analisar o financiamento destinado ao desenvolvimento da educação infantil rural no munícipio de Porto Velho, no período de 2009 a 2016. O estudo, de abordagem qualitativa, foi realizado por meio de coleta de dados referente ao atendimento à educação infantil rural, ações, programas e projeto voltados ao financiamento. Para isso, constituiu-se fonte de informações documentos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) bem como documentos da Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA) de Porto Velho. Foram analisados os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária referentes ao período de 2009 a 2016 e Planos Plurianuais do município de Porto Velho que contemplaram esse mesmo período. Também foram fontes documentais os Anuários Estatísticos da Secretaria Estadual de Educação de Rondônia (SEDUC/RO). Outros documentos importantes foram leis, decretos, diretrizes nacionais e locais que orientam o desenvolvimento da etapa da Educação Infantil. O estudo demonstrou que são poucas as ações, programas ou projetos de financiamento para a etapa de educação infantil rural no município de Porto Velho. Os programas idealizados pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) são, em sua maioria, voltados para o Ensino Fundamental ou para a Educação Infantil do perímetro urbano. Nos PPAs 2010/2013 e 2014/2017 foram identificadas ações referentes somente ao transporte de alunos do perímetro rural.

Palavras Chave: Educação do Campo; Educação Infantil; Financiamento; Políticas Públicas.

Abstract

This study focuses on the education of children from 0 to 5 years old living in rural areas of Porto Velho, Rondônia, aiming to analyze the funding for the development of rural early childhood education from 2009 to 2016. The study, of a qualitative approach, was conducted through data collection concerning the attendance to rural early childhood education, actions, programs, and projects aimed at funding. To this end, the source of information was documents from the Anísio Teixeira National Institute for Educational Studies and Research (INEP) and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), as well as from the Municipal Planning Secretariat (SEMPLA) of Porto Velho. We analyzed the Budget Execution Summary Reports referring to the period from 2009 to 2016 and the Pluriannual Plans (PPAs) of Porto Velho that covered the same period. The Statistical Yearbooks of the State Department of Education of Rondônia (SEDUC/RO) were also document sources. Other important documents also analyzed were laws, decrees, national and local directives that guide the development of the Early Childhood Education stage. The study showed there are few funding actions, programs, or projects for the rural early childhood education stage in Porto Velho. The programs designed by the Municipal Secretariat of Education (SEMED) are mostly focused on Primary Education or Early Childhood Education in the urban area. In the PPAs 2010/2013 and 2014/2017 actions were identified referring only to the transportation of students from the rural perimeter.

Keywords: Early Childhood Education; Funding; Public Policies; Rural Education.

[1] Professora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutora em Educação Escolar. E-mail: juracypacifico@unir.br.

[2] Professora. Mestranda em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: ruth.dantas16@gmail.com.

[3] Graduada em Pedagogia. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: aieskapvh@gmail.com.

[4] Graduado em Direto e Contabilidade. Auditor do Município de Porto Velho. E-mail: slpacifico2012@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, conforme prevista no artigo Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n° 9394/1996 (BRASIL, 1996), artigo 29, é colocada como a primeira etapa da Educação Básica com o objetivo de promover o desenvolvimento da criança até cinco (05) anos em diversos aspectos, complementando a ação da família e comunidade em que vive. Destaca-se com isso que a creche e a pré-escola têm função complementar e não a de substituir a família. Desta forma a educação infantil deve juntar-se a família e comunidade para oferecer uma educação que desenvolva os aspectos físicos, psicológicos, intelectual, emocional, afetivo e social da criança. Isso porque a escola de educação infantil é um lugar de trocas e as experiências vividas no ambiente familiar podem ser expandidas durante as interações que ocorrem no ambiente escolar.

A partir do momento que a Constituição Federal de 1988 reconheceu a criança como cidadã de direitos, sendo um deles a educação e que declarou o dever do Estado em assegurar a educação a esses sujeitos, lançou-se também a necessidade dessa educação alcançar as diversas populações que vivem no território brasileiro. Daí a necessidade de garantir educação para as crianças residentes em áreas rurais, além de que precisa atentar-se para suas especificidades. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil reafirmam essa questão quando fixam no parágrafo 3° do artigo 8° que as propostas pedagógicas para a Educação Infantil devem abranger as crianças das áreas rurais.

A Educação Infantil do Campo (BORGES *et al.*, 2023; LEAL; RAMOS, 2012) nasce da busca de um diálogo entre a Educação Infantil e a Educação do Campo, trazendo para o debate da educação infantil as especificidades do campo. A conceituação de educação do campo proposta pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (DOEBEC) traz duas perspectivas: uma ligada a área que essas populações vivem e outra ligada com os grupos ou comunidades que se demarcam identitariamente. Desta forma a DOEBEC inclui como populações do campo os agricultores familiares, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, assentados, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. Falar em Educação do/no Campo, de modo geral, é falar de toda essa população.

A educação infantil possui particularidades, especialmente a oferecida no campo, e isso requer financiamento, pois falar em educação é falar em investimento na formação e na humanização do ser humano, é falar em considerar as culturas locais, mas também possibilidades de aprofundamento a partir das experiências distintas de vários povos, o que é possível por esse processo se socialização que a escola faz a partir de suas práticas educativas.

Desde a Constituição de 1988 até a divulgação do Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016) a Educação Infantil ganhou um considerável espaço no contexto legal. Porém, muitos

estudos (ARAÚJO, 2012; CAMPOS, 2013; ROSEMBERG, 2013) sobre demanda e atendimentos desta etapa destacam que isso ainda não é considerado suficiente para se alcançar a qualidade desejada, especialmente pela quantidade de atendimento. Se no meio urbano o atendimento ainda é um problema, no meio rural a situação é ainda pior, pois diversas são as lacunas existentes quando o assunto é educação infantil do/no campo, o que iremos apresentar neste trabalho.

Com a certeza da necessidade de investir em estudos mais aprofundados sobre essa questão, partimos para a pesquisa com a seguinte questão: É possível afirmar que o município de Porto Velho/RO visa o desenvolvimento da Educação Infantil do/no campo? A oferta de Educação Infantil para a população de do/no Campo, com idade entre um (01) e cinco (05) anos aparece dentre as prioridades nos relatórios de gestão do município de Porto Velho?

Portanto, nosso objetivo com o estudo desenvolvido foi investigar sobre o financiamento destinado ao desenvolvimento da educação infantil do/no campo no município de Porto Velho, no período de 2009 a 2016. Os caminhos trilhados, os dados levantados e os resultados dos estudos desenvolvidos serão apresentados nos próximos itens dessa produção.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para Ludke e André (1986), a pesquisa trata-se de uma ocasião de privilégio, pois reúne os pensamentos e as ações de uma pessoa, ou grupo, motivada por encontrar conhecimentos para solucionar problemas de determinados aspectos da realidade. A pesquisa, para as autoras, é uma atividade humana e social que traz uma carga de valores, interesses e princípios para orientar os pesquisadores. Considerando o objeto de estudo, a pesquisa foi delineada considerando a abordagem qualitativa, e utilizou-se de dados quantitativos para as análises. Quanto aos seus objetivos, utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental.

Ludke e André (1986) consideram os documentos fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Os documentos são tidos como fonte “natural” de informações. Ainda as autoras declaram que os documentos não são apenas uma fonte de informação contextualizada, porém tais informações surgem em um contexto e trazem informações deste contexto. Assim, a análise de documentos pode desvelar aspectos novos de um problema.

Na pesquisa documental foram utilizados documentos que indicam os programas, ações e projetos referentes a Educação Infantil Rural em Porto Velho/RO. Tais documentos foram: Receitas e Despesas do Município, Planos Plurianuais, Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária no período de 2009 a 2016, documento este disponibilizado pela SEMPLA/PMPV/RO. Para o

levantamento de documentos referentes ao atendimento à educação infantil e políticas públicas de financiamento foi realizado contato com a SEMED de Porto Velho, além de dados retirados dos Anuários de Estatísticas Educacionais da SEDUC de Rondônia.

Também constituíram fonte de informações os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que tratavam das estatísticas acerca do atendimento, e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a quantidade de crianças entre 0 e 5 anos residentes em áreas rurais do município de Porto Velho. Outros documentos importantes foram as leis, decretos, diretrizes nacionais e locais que orientam o desenvolvimento da etapa da Educação Infantil.

A análise de dados considerou a leitura atenta deles sempre buscando informações que se proporcionassem respostas aos problemas dessa pesquisa. Os dados analisados foram organizados em quadros que possibilitaram a maior compreensão deles. A partir dos dados levantados procedeu-se a análise que considerou o referencial teórico definido no estudo.

EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: UM OLHARA PARA AS ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

No início do século XX a educação no meio rural ocorria pelos Patronatos Agrícolas e Aprendizados Federais, tal sistema estava integrado ao projeto de urbanização e modernização da sociedade. Com uma proposta assistencialista voltada a infância pobre, seguia uma ideologia da educação pelo trabalho no campo (SILVA; PASUCH; SILVA, 2012). Ou seja, as políticas públicas que viera, a regulamentar a Educação Rural foram apenas instrumentos de ocupação e uso do território no interior do País.

Entre 1930 e 1950, outros projetos voltados a educação rural tinham um caráter assistencialista e lógica de preparação de mão de obra. A educação estava completamente comprometida com "[...] uma política econômica voltada aos interesses das elites agrárias e industrial" (SILVA; PASUCH; SILVA, 2012).

As autoras ainda discorrem que em 1960 imperou um discurso que pretendia fazer da educação um mecanismo para criar políticas de "fixação" do homem no campo. Em oposição a estas ideologias em 1980 que surgiram novos movimentos de luta camponesa que defendiam que as políticas públicas educacionais eram estratégias para o desenvolvimento do campo.

Nos anos de 1990 surge a proposta de Educação do Campo. Para tal feito, em 1998 na cidade de Luziânia (GO), foi realizada a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. Esta

conferência reuniu inúmeros órgão coletivos que assinaram a declaração, fortalecendo o pertencimento ao Movimento por uma Educação do Campo.

Este evento trouxe diversas contribuições para a discussão da questão da educação dos povos pertencentes ao campo. E, ainda, inaugurou no cenário educacional a concepção de Educação do Campo. O conceito surge em oposição às propostas adotadas pela "Educação Rural" no início do século XX. Já a Educação do Campo é entendida por Silva, Pasuch e Silva (2012, p. 59) como:

> [...] direito nos marcos da equidade, o que inclui a justiça social e o reconhecimento das especificidades, rejeita a imposição de um modelo educacional e pedagógico que nega as culturas, os saberes e os modos de produção da vida das populações do campo.

Após a conferência, o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (DOEBEC), através da Resolução CNE/CEB nº 1/2002. Esta resolução foi marco no debate e lutas por uma educação no contexto não urbano e prescreve princípios e procedimentos para o funcionamento e projetos das escolas do campo.

Para formalização da Educação do Campo foram aprovadas no CNE as Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento da Educação Básica do Campo (Resolução CNE/CEB nº 2/2008). A resolução destaca a necessidade de oferecer materiais para implantação das propostas pedagógicas e dá ênfase em seu conteúdo ao transporte escolar.

A mesma resolução ainda define a população do campo, abrangendo comunidades tradicionais, agricultores familiares, indígenas, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, caiçaras, e assentados e acampados da reforma agrária. Em consonância a Silva, Pasuch e Silva (2012) a aprovação dessas duas resoluções busca colaborar para a construção de uma identidade nas escolas do campo, relacionando a educação à realidade vivenciadas pelos povos do campo.

É nessas comunidades que a criança pequena vive em constante interação com as pessoas e as coisas que as rodeiam. Isso faz que as mesmas atribuem significados àquilo que as cercam. Com isso a criança passa a participar de experiências culturais do grupo que pertence. Craidy e Kaercher (2001) chamam esse processo de educação. Porém, quando fala de educação de crianças pequenas ocorrem dois processos complementares e indissociáveis, o ato de educar e cuidar.

Silva, Pasuch e Silva (2012) evidenciam que a educação de crianças pequenas moradoras de áreas rurais é rodeada de práticas descontextualizadas. Isto é, sem sentido para as crianças, práticas que não levam em conta a vida do campo e até mesmo não reconhece o perfil de uma escola de educação infantil do campo.

O maior desafio para garantir o direito a educação de crianças pequenas do campo é articular os princípios que orientam a Educação Infantil como um todo. Silva, Pasuch e Silva (2012) explicita:

> Um dos grandes desafios na garantia do direito à Educação Infantil dos bebês e crianças do campo é articular os princípios orientadores da Educação Infantil como um todo às formas como é feito seu atendimento nas diferentes modalidades territoriais. Se os princípios são os mesmos para todas as crianças de nosso país, moradoras da cidade e do campo, como meio de garantir a qualidade, as formas de sua implantação nos diferentes contextos necessitam estar organicamente vinculadas à realidade e à dinâmica da vida das crianças e das famílias, no nosso caso, moradoras nas áreas rurais (SILVA; PASUCH; SILVA, 2012, p. 37).

O fato do não reconhecimento de escolas de educação infantil no campo, é o pensamento de creches e pré-escolas surgiram para dar conta das mudanças familiares decorrentes dos processos de urbanização e industrialização no Brasil. Para quê escola de educação infantil no campo sem urbanização ou industrialização?

Para Silva, Pasuch e Silva (2012) o direito a educação infantil trata-se do direito a processo de socialização que sejam além da família. A criança pequena interagiria com outras crianças de diferentes ou mesma idade, afim de permitir a vivência de experiências diversificadas. Com esse pensamento reconhecemos a importância da creche e pré-escola para o processo de formação humana das crianças pequenas, e isso dentro de um espaço coletivo e organizado, ou seja, a escola.

A Educação Infantil do campo somente ganhou importâncias quando foi incorporada nas discussões dos movimentos de Educação Infantil e movimentos sociais do campo (SILVA; PASUCH; SILVA, 2012). Antes disso, sobre a Educação Infantil e Educação do Campo, existiam fatos que demonstravam a estreita relação entre ambas, não só as políticas públicas, sendo que esta ocorre de forma fragmentada e separada, mas também nas reinvindicações dos movimentos sociais.

Algo que deve ser questão nas discussões sobre Educação Infantil do campo é entender os limites da relação entre o geral e o específico. Ou seja, entender o que deve ser igual para todas as crianças e aquilo que é peculiaridade e especificidade do campo (SILVA; PASUCH; SILVA, 2012). No artigo 8º, parágrafo 3º das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, encontramos a especificidade da Educação Infantil para crianças do campo, visando o respeito à diversidade do meio rural.

Ainda em relação à Educação Infantil a DOEBEC (Resolução CNE/CEB nº 1/2002) proíbe, no parágrafo 2º do artigo 3º, o agrupamento de crianças que pertencem a etapa em turmas do Ensino Fundamental e que seja feita a oferta na própria comunidade, evitando o deslocamento dessas crianças pequenas.

A visão de entender a educação de um modo geral no campo pode influenciar nas imagens sociais criadas em relação as crianças do campo, como se não houvessem identidade e particularidades no modo de vida. Isso pode influir na escolha de materiais, atividades e avaliações feitas por professores (SILVA; PASUCH; SILVA, 2012). Isso também atinge a elaboração e implantações de políticas de financiamento para a educação infantil do campo.

A ESPECIFICIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DO/NO CAMPO

Figueiredo e Meirelles (2022) apontam que a trajetória da educação do campo é marcada pelas lutas de movimentos sociais e sindicais da terra na busca por políticas públicas que favoreçam os povos do campo, valorizem suas identidades e possibilitem a vivência de uma educação realmente campesina.

Cada sujeito possui uma forma de ser educado. A política tem que refletir sobre o que é específico dos sujeitos de direitos. A negação de políticas para o campo tem o caráter compensatório quando se refere as políticas educacionais. Arroyo *et al* (2011) destaca no trecho a seguir:

> Nesta lógica, não haveria necessidade de políticas públicas específicas para estas pessoas, a não ser do tipo compensatório à sua própria condição de inferioridade, e/ou diante de pressões sociais. A situação da educação no meio rural hoje retrata bem esta visão" (ARROYO *et al*, 2011, p. 21)

O determinismo geográfico é fator para dizer se uma escola é de qualidade. Tal determinismo vira critério na formulação de políticas de investimento. Neste caso a escola do campo fica na marginalidade (ARROYO *et al.*, 2011).

Para acabar com a marginalização ou abandono das escolas do campo, a iniciativa da população é reagir à exclusão. Para isso entra em cena movimentos sociais pelo acesso à educação em áreas rurais. Os movimentos por direitos no campo, colocam a educação no terreno dos grandes valores, uma educação para formação humana.

Diante das necessidades de atender as especificidades educativas do campo e de políticas públicas voltadas a esse segmento Oliveira, Pontes e Seruffo (2022) destacam que surgiram programas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) e Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo).

De acordo com Oliveira, Pontes e Seruffo (2022) os programas citados reconhecem as possibilidades interculturais de uma educação voltada às especifidades do campo. Os autores questionam se isso é realmente suficiente para prover mudanças significativas para esses sujeitos.

A universalização do pensar e da educação parte da universalização da consciência dos direitos (ARROYO *et al.*, 2011). No caso da educação infantil é preciso prestar atenção, ter a consciência do sujeito que recebe está educação. A atenção cabe ao projeto ou prática. O olhar para a educação infantil do campo é voltar-se para as políticas que se preocupam com o jeito de cuidar e educar dos sujeitos. Valendo-se dos autores é preciso primar por uma educação *dos* e não *para os* sujeitos do campo. E feita por políticas públicas com a participação dos povos.

O autor ainda destaca, que a construção de uma educação do campo parte de um projeto que o próprio sujeito se identifique. Porém, a proposição de políticas públicas ainda sofre com dificuldades no âmbito de atender de modo específico a educação infantil do campo. As políticas para Silva, Pasuch e Silva (2012), devem evitar uma flexibilização no campo ou especificamente, na educação infantil. Tal flexibilização somente reduzem o custo na educação do campo.

Os movimentos sociais e os avanços na educação infantil do campo, não apenas conta como direito das mães ou filhos de trabalhadores rurais, mas da educação da criança pequena. Os avanços segundo Silva, Pasuch e Silva (2012) na creche e pré-escola na sociedade atual deve-se a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, onde o direito a educação da criança é fortalecido.

A questão que move as discussões não é mais "porque" ofertar Educação Infantil no campo, mas o "como" garantir o direito. Garantir o direito respeitando a especificidade das crianças do campo (SILVA; PASUCH; SILVA, 2012). A luta não é mais por motivos de ofertar a educação nesta etapa. O que move a luta é a garantir o direito.

Azevedo (2004) explicita que, mesmo após ingressarmos no terceiro milênio, onde precisou-se de novas demandas de formação e conhecimento devido as mudanças sociais, o direito a escolarização de qualidade não foi assegurado a maioria da população. Com isso percebemos a permanência ou agravamento das desigualdades sociais que impera no campo quando se trata de direito a educação.

Rosemberg e Artes (2012) destacam no seu artigo "O rural e o urbano na oferta de educação para crianças de até 6 anos" que a educação infantil no campo se reduz a três palavras: insuficiência, discriminação e precariedade. Ainda explicitam que existe um foco no fortalecimento identitário, no plano simbólico, em vez de focar em metas de justiças distributivas no plano material.

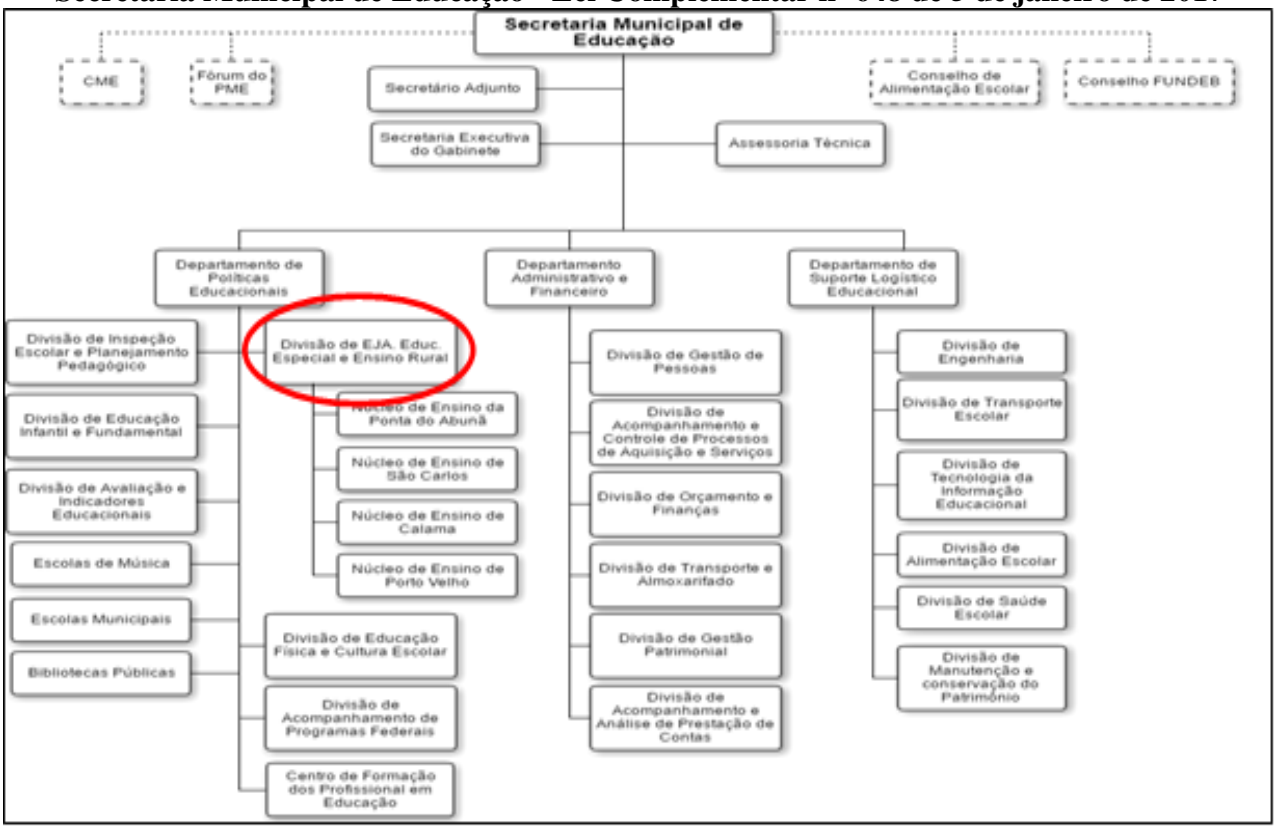
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO/NO CAMPO: INVESTIMENTO OU DESPESA?

No ano de 2017, com a nova gestão executiva do município de Porto Velho, viu-se a publicação de diversas Leis Complementares (LC) que traziam como objetivo a reestruturação da administração

pública. Dessas normativas duas trouxeram mudanças quanto a estrutura organizacional da SEMED, sendo elas: LC nº 648 de 5 de janeiro de 2017, e a LC nº 689 de 31 de outubro de 2017.

Na LC nº 648/2017 a Estrutura Organizacional da SEMED ficou estabelecida conforme o organograma abaixo (Figura 1).

Figura 1 - Organograma da Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Educação - Lei Complementar nº 648 de 5 de janeiro de 2017

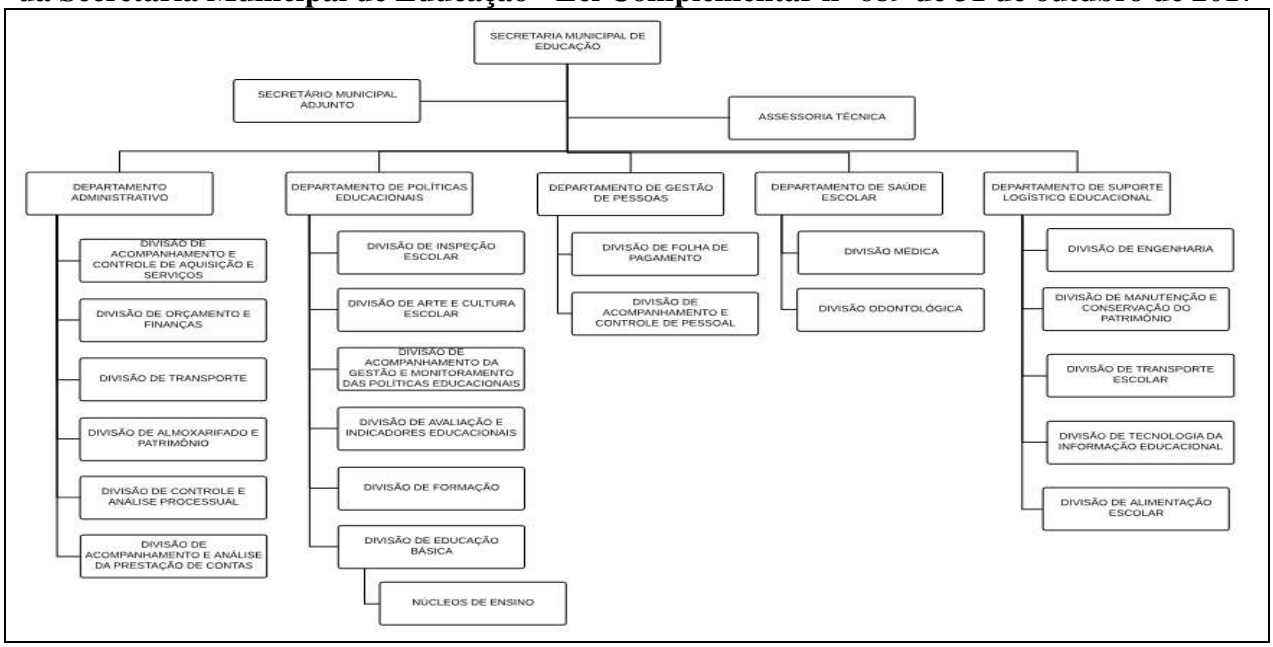


Fonte: Rondônia (2018).

Quando observamos o organograma percebemos que existe uma Divisão de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial e Ensino Rural (Figura 1). Dentro desta divisão encontramos os Núcleos de Ensino, que por sua vez ficam responsáveis por escolas pertencentes aos seus limites geográficos. Atualmente Porto Velho possui 60 (sessenta) escolas localizadas em áreas rurais, atendendo alunos da educação infantil, ensino fundamental e EJA. Com essa divisão dentro da estrutura da rede municipal de ensino, existe a possibilidade de o município estabelecer ações e programas específicos para educação do campo.

Já a LC nº 689/2017 alterou a redação e acrescentou dispositivos na LC nº 648/2017. Valendo-se disso também ocorreram alterações na Estrutura da SEMED, vejamos:

Figura 2 - Organograma da Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Educação - Lei Complementar nº 689 de 31 de outubro de 2017



Fonte: Rondônia (2018).

Neste organograma diversas divisões do Departamento de Políticas Educacionais se fundiram. A Divisão de EJA, Educação Especial e Ensino Rural, e a Divisão de Educação Infantil e Fundamental, expressos na figura 1, fundiram-se dando lugar a Divisão de Educação Básica. Não podemos afirmar que essa união de divisões possa beneficiar ou não a educação do campo no município. Porém, dessa forma a proposição de políticas para a educação do campo, e especificamente educação infantil do campo é vista conforme a educação ofertada nos centros urbanos.

O ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO NO PERÍODO DE 2009 A 2016

Para termos uma visão do que se trata de atendimento à educação infantil no perímetro rural do município, basta olharmos para algumas informações, como o número de escolas e a forma como tais escolas são organizadas. De acordo com dados disponibilizados pela SEMED, a rede de ensino municipal possui 60 escolas no perímetro rural. Porém, apenas 6 escolas atendem a educação infantil. Vejamos o Quadro 1 elaborado a partir dos dados:

Quadro 1 – Estabelecimentos de Educação Infantil em Porto Velho, Perímetro Rural (2017)

Nº de Escolas Municipais Somente de Ensino Fundamental*	Nº de Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental	Nº de Escolas Municipais de Educação Infantil	Total de Escolas
54	4	2	60

Fonte: SEMED (2017).
Nota: *O município conta com muitas outras escolas de Ensino Fundamental. O destaque neste quadro é para as escolas que também atendem Educação Infantil.

Esses estabelecimentos de ensino estão localizados em distritos de Porto Velho e são atendidos pelos Núcleos de Ensino. As escolas são: EMEIEF Dra. Ana Adelaide Grangeiro situada no Distrito de Calama; EMEIEF Maria Casaroto Abati situada no Distrito de Ponta do Abunã; EMEIEF João Afro Vieira e EMEIEF Antônio Augusto Vasconcelos situadas em Porto Velho; EMEI Encantos de Mutum situada no Distrito de Nova Mutum Paraná; e EMEI ABC de Jaci situada no Distrito de Jaci Paraná.

Ao observamos o quadro, percebemos que a maioria das escolas não atendem especificamente a educação infantil, mas abrange também o ensino fundamental. As duas escolas que possuem educação infantil como prioridade possuem, juntas, o número de 16 turmas. Constata-se pelos dados que em Porto Velho a oferta de estabelecimento para educação infantil no campo é ínfima e a oferta de vagas o déficit ainda maior, levando em consideração os Micro dados do IBGE que mostra o total de 3.592 crianças entre 0 a 5 anos de idade residentes nessas áreas.

Quando verificamos o número de matrículas na Educação Infantil, em Porto Velho, no período de 2009 a 2016, percebemos que até o ano de 2012 não possuíam turmas de creche no perímetro rural. Observamos também que ocorreu um considerável aumento do número de matrícula na educação infantil do campo. No entanto, quando comparamos o crescimento da educação infantil do campo com a educação infantil urbana, percebemos uma desigualdade para com as crianças do campo.

Essa desigualdade entre estes grupos podemos perceber a partir do quantitativo de turmas ofertadas pela rede municipal de ensino. Enquanto a oferta de turmas no perímetro urbano entre os anos de 2011 a 2015 subiu consideravelmente, o quantitativo de turmas de educação infantil no campo diminuiu. Observemos o quadro 2 que apresenta o quantitativo de matrículas e turmas no perímetro urbano e rural.

Quadro 2 - Matrículas na Educação Infantil por etapa e localização Rede Municipal – Porto Velho – 2009 a 2015

Ano	*Creche*				*Pré-Escola*			
	Cidade		Campo		Cidade		Campo	
	Turmas	Matrículas	Turmas	Matrículas	Turmas	Matrículas	Turmas	Matrículas
2009	-	1.394	0	0	-	7.720	-	392
2010	-	1.592	0	0	-	7.844	-	405
2011	79	1.665	0	0	346	7.759	22	438
2012	78	1.677	0	0	349	7.604	18	332
2013	98	1.994	7	99	375	7.822	31	615
2014	124	2.403	12	176	396	8.079	32	640
2015	106	1.927	6	86	425	8.713	35	647

Fonte: Secretaria Estadual de Educação de Rondônia (2016).

Quando analisamos separadamente o número de matrículas e turmas nas creches do perímetro rural, percebe-se que o município reduziu em 50% o número de turmas ofertadas em apenas um ano. Consequentemente, o número de matrículas no ano de 2014 era de 176 matrículas chegando no ano subsequente a 86 matrículas.

Segundo Silva, Pasuch e Silva (2012), a diferenciação entre grupos e sujeitos mostram aspectos de desigualdade em relação ao atendimento nas instituições de Educação Infantil. No caso de diminuição de turmas de creches nas áreas rurais de Porto Velho torna o acesso ainda mais difícil para essas crianças de 0 a 3 anos, que segundo o Censo IBGE 2010 eram 2.312 crianças.

Além de turmas ofertadas a rede municipal, conforme dados da SEDUC/RO entre os anos de 2009 a 2016 existiam turmas de educação infantil na rede privada na área rural de Porto Velho. Vejamos o quadro:

Quadro 3 -Matrículas na Educação Infantil por etapa e localização - Rede Privada – Porto Velho (2009 a 2016)

Ano	*Creche*				*Pré-Escola*			
	Cidade		Campo		Cidade		Campo	
	Turmas	Matrículas	Turmas	Matrículas	Turmas	Matrículas	Turmas	Matrículas
2009		816		0		2.216		0
2010		926		0		2.423		0
2011	64	900	1	11	145	2.534	3	41
2012	71	1.034	1	10	123	2.191	3	48
2013	86	1.191	0	0	135	2.269	3	33
2014	95	1.241	1	13	147	2.489	3	32
2015	87	1.088	2	16	143	2.379	2	33
2016		1.254		37		2.414		37

Fonte: Secretaria Estadual de Educação de Rondônia (2016).

Como percebemos a rede privada também tem uma parcela de participação na oferta de turmas. Assim como na rede municipal o número turmas é muito pequeno e que a oferta turmas ocorreu a partir de 2011. Mesmo a rede municipal e privada oferecendo turmas nas creches e pré-escolas é perceptível que o número não é suficiente para atender as demandas existentes.

A pré-escola por sua vez, entre os anos de 2009 a 2016, tanto na área urbana quanto na área rural, ocorreu um considerável aumento do número de turmas ofertadas e número de matrícula. Porém, a pré-escola no perímetro rural ainda permanece marginalizada quando o assunto é atendimento. É claro constatar, que mesmo com ditames legais, como o PNE 2001- 2010 e 2014 – 2024, o município pouco se preocupou em desenvolver ações que melhorassem o atendimento no perímetro rural e urbano em relação a primeira etapa da educação básica. Essa marginalização da educação infantil é explicita no quadro 4, que apresenta a matrícula total na Educação Infantil do campo na rede municipal, bem como o percentual de atendimento em relação à população entre 0 a 5 anos de idade.

Ao olharmos para a taxa de cobertura até 2016 apenas 25,97% da população entre 0 e 5 anos frequentava a educação infantil no perímetro rural de Porto Velho. Isso é considerado pouco quando os Microdados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 revelam que a população faixa etária de 0 a 5 anos chega a 3.592 crianças. Ao compararmos os anos de 2011 a 2012, a taxa de cobertura que era 13,64% caiu para 10,85%. Já no ano seguinte a taxa aumentou 20,79%, porém o crescimento da

cobertura foi principalmente na etapa da Pré-escola sendo a Creche ainda mais deixada de lado dentro do município.

Quadro 4 - População em Idade Escolar, Nº de Matrículas e Taxa de Cobertura - Rede Municipal - 2009-2019

Ano	*População Total 0 a 3 anos*	*População Total 4 a 5 anos*	*Total*	*Total da população atendida 0 a 3 anos*	*Taxa de Cobertura (%) 0 a 3 anos*	*Total População atendida 4 a 5 anos*	*Taxa de Cobertura (%) 4 a 5 anos*	*Total População atendida 0 a 5 anos*	*Taxa de Cobertura (%)*
2009	2.312	1.280	3.592	0	0,00%	392	30,62%	392	10,91%
2010	2.312	1.280	3.592	0	0,00%	405	31,64%	405	11,27%
2011	2.312	1.280	3.592	11	0,47%	479	37,42%	490	13,64%
2012	2.312	1.280	3.592	10	0,43%	380	29,68%	390	10,85%
2013	2.312	1.280	3.592	99	4,28%	648	50,62%	747	20,79%
2014	2.312	1.280	3.592	187	8,08%	672	52,50%	859	23,91%
2015	2.312	1.280	3.592	102	4,41%	680	53,12%	782	21,77%
2016	2.312	1.280	3.592	116	5,01%	817	63,82%	933	25,97%

Fonte: Elaboração própria. Base de dados IBGE (2010); SEDUC/RO (2020).

É preciso observar que apenas 63,82% de crianças de 4 a 5 anos na área rural estavam matriculadas na rede municipal ou rede privada em 2016. Isso faz-nos considerar que o município de Porto Velho está em desacordo com a Emenda Constitucional nº 59 que torna a educação básica obrigatória entre os 4 e aos 17 anos.

Percebe-se que existe uma oscilação quando se trata das taxas de cobertura no perímetro rural, como consequência o número de crianças atendidas pela rede diminui consideravelmente. Os dados demostram que o município necessita propor políticas educacionais que ofereçam mais vagas tanto na creche como na pré-escola do campo pensando especificamente na identidade das comunidades que o município de Porto Velho abarca.

PLANOS PLURIANUAIS: O QUE PREVEEM PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO?

Conforme o lapso temporal delimitado na pesquisa, 2009 a 2016, foram localizados três PPAs: o PPA de 2006/2009, PPA 2010/2013 e o PPA 2014/2017. No primeiro somente foram analisados os dados do ano de 2009.

Ao observarmos os PPAs do período de 2009 a 2016, percebemos que os mesmos são estruturados por programas dos Poderes Executivo e Legislativo, e inferimos que estão em harmonia com os macros objetivos e as orientações estratégicas de governo.

Nos objetivos e ações para a Educação Infantil, tem-se no PPA 2010/2013 o Programa 113 – Viva a infância, que apresenta o objetivo de "ampliar o atendimento em educação da população de 0 a 5 anos, em creches e pré-escolas". A justificativa para o programa foi a crescente procura deste

atendimento em virtude do crescimento populacional em razão da inserção das mulheres no mercado de trabalho e número insuficiente de equipamentos de creche. No Quadro 5 podemos identificar as ações planejadas para o quadriênio.

Quadro 5 - Ações e valores anuais previstos no PPA 2010/2013 – Programa 113 – Viva à Infância – Município de Porto Velho/RO

PPA 2010-2013 – Programa 113					
Ações	**Períodos/Valores anuais previstos (R$/Atendimento)**				**Total Valores 1,00 (R$)**
	2010	**2011**	**2012**	**2013**	
Aquisição de Material Didático para Distribuição a Alunos (10.160, 11.425, 12.841, 13.667 alunos)	50.000	63.342	78.799	97.611	289.752
Aquisição de Materiais Didáticos-Pedagógicos Destinado às Escolas (15, 18, 21, 24 escolas)	80.000	101.348	126.078	156.177	463.603
Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para Escolas (15,18,21, 24 escolas)	100.000	126.685	157.597	195.221	579.503
Aquisição de Uniformes Escolares para Distribuição a Alunos (10.160, 11.425, 12.841, 13.667 alunos)	80.000	83.600	87.362	91.293	579.503
Auxílio Transporte a Servidores e Empregados (326, 336, 346, 356 servidores beneficiados)	506.739	641.960	798.607	989.263	2.936.569
Manutenção de Serviços da Unidades Administrativas da Rede Municipal de Ensino (15,18, 21, 24 unidades)	50.000	63.342	78.799	97.611	289.752
Remuneração e Encargos Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício na Rede Pública (240, 247, 254, 262 servidores)	7.247.600	8.332.834	9.580.466	11.015.139	36.176.039
Transferência de Recursos Destinados às Escolas – Proafem (10.160, 11.425, 12.841, 13.667 alunos)	230.000	291.374	362.474	449.010	1.332.858
Transferência de Recursos Destinados às Escolas - Proafic (43, 45, 48, 50 escolas)	700.000	848.605	1.055.680	1.307.709	3.911.994
Construção, Expansão e Reforma de Unidades de Ensino (13, 13, 10, 11 unidades)	7.175.457	6.555.363	7.647.752	8.398.194	29.775.766
Realização de Eventos Recreativos (2, 2, 2, 2 eventos)	25.000	26.125	27.300	28.528	106.953
Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Ocupado em Atividades de Apoio Técnico-Administrativo (125,128, 132, 136 servidores)	1.397.000	1.459.864	1.525.557	1.594.206	5.976.627
Assessoramento pedagógico às escolas de Educação infantil (15,18, 21, 24 escolas)	31.009	39.284	48.865	60.527	179.685
Premiação de escolas e profissionais de educação por práticas exitosas (6, 6, 6, 6 prêmios)	15.000	19.003	23.639	29.283	86.925
Aquisição de materiais para recreação destinados às escolas (15, 18, 21, 24 escolas)	13.308	16.858	20.971	25.976	77.113
Total/Ano e Total Geral/ quadriênio	17.701.113	18.669.587	21.619.946	24.535.748	82.762.642

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: PPA 2010/2013 (2012).

Ao analisarmos as ações apresentadas no Quadro 5, acima, percebemos que mesmo a Educação Infantil possua um lugar no planejamento, não identificamos ações especificas para escolas, alunos ou profissionais de educação infantil do perímetro rural. A Lei n° 10.172 de 2001 trouxe em seu art. 5º que os entes federados deveriam elaborar ações em seus PPAs que dessem suporte às metas constantes no PNE 2001 – 2010. Contudo, Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) explicitam que vários estados e municípios não elaboraram planos correspondentes as especificações locais. Podemos dizer que durante esta gestão as metas para a educação infantil estabelecidas pelo PNE não foram observadas ou incluídas.

A ampliação do atendimento em creches era um dos objetivos do PPA 2010/2013, o mesmo não aconteceu no PPA 2014/2017 onde a creche não é incluída nas ações prevista pelo município. Este dado pode justificar a diminuição de 50% do número de turmas dessa etapa no perímetro rural.

O PPA 2014/2017 toma como objetivo principal a ampliação de vagas para atendimento de alunos de 4 a 5 anos. Até o título do programa explicita essa ampliação: "Programa 189 – Ampliando a Pré-escola". Desta forma, o município deixa de lado marcos legais que deixam explicito que é competência dos municípios a oferta de creches em escolas de educação infantil. Observemos o Quadro 6:

Quadro 6 - Ações e valores anuais previstos no PPA 2014/2017 – Programa 189 – Ampliando a Pré-escola - Município de Porto Velho/RO

Ações	Períodos/Valores anuais previstos (R$/Atendimento)				Total Valores 1,00 (R$)
	2014	2015	2016	2017	
Aquisição de Material Didático – Pedagógico Destinado às Escolas (5.000/ano)	245.384	267.759	308.692	321.714	1.143.549
Remuneração e Encargo Sociais de Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício na Rede Pública (4.000/ano)	8.974.878	9.607.022	10.283.693	11.008.025	39.873.618
Aquisição de materiais didático para distribuição a alunos da pré-escola (5.000/ano)	409.050	434.410	484.860	530.220	1.858.540
Aquisição de mobiliário e equipamentos para as pré-escolas (53/ano)	768.040	1.538.640	2.053.400	3.076.813	7.436.893
Aquisição de uniformes escolares para distribuição a alunos da pré-escola (8.458, 8.932, 9.366, 9.801 alunos)	55.440	101.640	147.840	241.164	546.084
Assessoramento Pedagógico destinados as pré-escolas (53/ano)	9.272	10.196	11.176	12.316	42.960
Premiação às escolas de educação da pré-escola por práticas (4/ano)	31.775	34.832	37.962	40.334	144.903
Formação continuada para os professores da pré-escola (2.317/ano)	62.670	68.764	60.748	65.810	257.992
Construção de prédios para atendimento a pré-escola (9, 15, 20, 29 unidades)	9.808.992	20.861.220	32.282.710	39.496.584	102.449.506
Ampliação de salas de aulas para atendimento a pré-escola (18/ano)	1.468.800	816.000	1.468.800	1.468.800	5.222.400
Aquisição de centrais de ar-condicionado para climatização de sala de aula da pré-escola (36/ano)	-	252.000	270.000	288.000	810.000
Reformulação e publicação da proposta pedagógica de Educação Infantil do município de Porto Velho (1/ano)	40.000	40.000	40.000	40.000	160.000
Aquisição de brinquedos pra área de lazer externa (parque) da pré-escola	218.500	240.350	264.350	288.725	1.011.925
Total/Ano e Total Geral/ quadriênio	22.092.801	34.272.833	47.714.231	56.878.505	160.958.370

Fonte: Elaboração própria. Base de dados PPA 2014/2017 (2013).

Assim como o PPA 2010/2013, o PPA 2014/2017 não mostra ações específicas para Educação Infantil no perímetro rural do município de Porto Velho. Quando nos atentamos para os PPAs do período aqui já citado, percebemos que o transporte escolar está incluído como ação prevista para atender alunos que residem distante de suas Unidades Escolares. O transporte escolar nos PPAs 2010/2013 e 2014/2017, apresenta-se no Programa 111, tendo como público-alvo alunos matriculados na Rede Pública Municipal de Porto Velho, residentes nas áreas rurais. A principal e única ação prevista em relação ao transporte no PPA 2010/2013 é o atendimento de alunos, esperando até o fim de vigência

do PPA atender 11.198 alunos. Já no PPA 2014/2017, além do atendimento de alunos, prevê a capacitação de gestores e funcionário sobre o transporte escolar, a compra de ônibus, voadeiras, veículos (cabine dupla tração 4x4 diesel para monitoramento e supervisão) e bicicletas.

Assim, durante as gestões passadas poucas foram as ações planejadas para educação infantil do campo, que atendesse a especificidades das crianças pequenas residentes no campo. Isso deixa cada vez mais a educação do campo em segundo plano nas proposições de programas e ações dentro do município de Porto Velho.

INVESTIMENTOS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO DE 2009 A 2016

Para compreendermos o investimento financeiros que o município de Porto Velho realiza quando se trata em Educação Infantil, analisamos os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária referentes ao período de 2009 a 2016 da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação do Município de Porto Velho (SEMPLA – PMPV/RO), que mostram o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Os quadros 7 e 8 apresentam os valores em reais (R$) investidos na educação de modo geral e de forma específica à educação infantil e ensino fundamental no período de 2009 a 2016. Também apresenta valores percentuais que indicam os recursos vinculados a educação infantil em relação aos recursos da educação geral, bem como dados referentes ao FUNDEB.

A primeira observação que fizemos, quando analisamos o quadro 7 refere-se às receitas recebidas pelo FUNDEB. O município sempre recebeu mais do que destinou, ou seja, Porto Velho ganhou com as transferências do FUNDEB. Isso nos faz concluir que a arrecadação no período foi menor que o indispensável para suprir as despesas com MDE. Este fato impacta de forma significativa a aplicação dos recursos na educação infantil e no ensino fundamental. Vejamos o quadro 7:

Quadro 7 - Demonstrativo da Aplicação de Recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) na Educação Infantil – Porto Velho (2009 a 2016)

Especificação	*Exercícios Financeiros*							
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Receita Total do Município	660.983	731.847	879.606	977.322	992.554	1.092.851	1.163.297	1.264.845
Total das Receitas de Impostos	356.713	466.399	537.568	558.692	637.180	681.538	666.269	716.788
Impostos e Transferências Destinadas a MDE (25%)	89.178	116.600	134.392	139.673	159.295	170.384	166.567	179.197
Receitas destinadas ao FUNDEB	-42.761	-49.838	-58.932	-59.207	-73.378	-78.445	-80.612	-96.224
Receitas Recebidas do FUNDEB	62.804	75.343	93.001	100.264	112.168	127.338	140.577	153.972
Receitas da Aplicação Financeira Vinculada ao FUNDEB	188	220	492	385	540	470	451	646
Valor Mínimo para aplicação do MDE	109.409	142.324	168.952	181.115	198.625	219.747	226.983	237.591

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2017).

Quadro 8 - Demonstrativo da Aplicação de Recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) na Educação Infantil – Porto Velho (2009 a 2016)

Especificação	*Exercícios Financeiros*							
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Total das Despesas com Ações Típicas da Educação - MDE	113.160	150.552	188.846	200.217	211.997	246.720	265.395	289.148
Educação Infantil	8.221	10.711	13.096	16.710	14.643	9.439	4.743	31.369
% da despesa total - MDE	7,26%	7,11%	6,93%	8,35%	6,91%	3,83%	1,79%	10,85%
Ensino Fundamental	103.883	137.558	175.750	180.153	194.969	230.976	257.683	254.694
% da despesa total - MDE	91,80%	91,37%	93,07%	89,98%	91,97%	93,62%	97,09%	88,08%
Outras despesas	1.056	2.283	0	3.354	2.386	6.304	2.969	3.086
% da despesa total - MDE	0,93%	1,52%	0,00%	1,68%	1,13%	2,56%	1,12%	1,07%
Total das Despesas com MDE para fins de Limite Constitucional	91.874	122.400	143.119	151.952	167.805	186.341	189.715	221.203
Percentual aplicado na educação (% total e MDE foi 100,00)	25,76%	26,24%	26,62%	27,20%	26,34%	27,34%	28,47%	30,86%

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento (2017).

Em conformidade com os quadros 7 e 8, entre os anos de 2009 a 2016 o percentual aplicado na educação ultrapassa os 25% que a CF/88 determina, porém com o quantitativo de crianças que não estão matriculadas e outras ações que não foram realizadas, esse percentual não é suficiente para suprir e garantir o desenvolvimento da educação no município, mesmo que em 2016 esse percentual tivesse atingido 30,86%.

O quadro 8, acima, demonstra que em 2009 o investimento em Educação Infantil foi de 7,26% dos recursos da MDE chegando em 2011 a 6,93%. Já em 2012 o valor investido aumentou para 8,35%. Nos anos subsequentes os valores caíram a 1,79% em 2015. Este valor apresentado não seria suficiente para cobrir as despesas, já que o número de matrículas no mesmo ano, tanto na área urbana quanto na área rural, aumentou significativamente. Já que temos matrículas temos despesas básicas como pagamento de professores, prédios, materiais pedagógicos, e transporte escolar para crianças residentes em áreas rurais.

O baixo investimento nessa etapa é evidente entre os anos de 2009 a 2015, pois os dados mostram que mais de 90% dos recursos vinculados à MDE foram aplicados no ensino fundamental. A média de despesa por aluno/ano foi de R$ 419,77 (quatrocentos e dezenove reais e setenta e sete centavos), menor valor entre 2009 a 2015. No entanto, nota-se que em 2016 o investimento em Educação Infantil aumentou para 10,85% dos recursos da MDE. A média de despesa aluno/ano chegou a R$ 2.758,19 (dois mil setecentos e cinquenta oito reais e dezenove centavos).

É válido destacar que muitas das ações previstas nos PPA durante o período de 2010 a 2016 não foram realizadas já que o gasto com Educação Infantil, conforme quadro 8, não foi suficiente. Em 2015 o valor previsto para ações foi R$ 34.272.833 reais, contudo conforme os balancetes financeiros da SEMPLA as despesas foram apenas R$ 4.742.654 reais. Valor este muito inferior para a manutenção da EI no ano referido.

Em resumo, vimos quando o município trata de investimento na educação infantil, a tendência é não investir. Quando a educação é para crianças do campo, isso abrangendo as residentes em assentamentos rurais, comunidades quilombolas e terra indígenas, essa tendência aumenta consideravelmente.

CONCLUSÃO

Muitas são as discussões feitas nos últimos anos sobre a Educação Infantil do Campo, onde propõem uma educação que reafirme a identidade onde essas crianças vivem. Podemos destacar na pesquisa que mesmo com a DOEBEC de 2002 e diversos outros aparatos legais, ainda são grandes os problemas enfrentados por populações que vivem no campo quando o assunto e escola. Existe uma distância entre o que está nos marcos legais e a realidade, pois são necessárias pontes para a efetivação de uma Educação Infantil do campo que garanta, ao menos, o que já foi considerado obrigatório. É preciso considerar que nessas áreas existem crianças que possuem uma identidade própria e que essas áreas não são lugares de atrasos. As crianças do campo (sejam filhas de ribeirinhas, indígenas, assentadas, agricultores) são criativas, produzem cultura e se desenvolvem.

Diante dos dados deste estudo, eles deixam evidente que o município de Porto Velho não tem um comprometimento com a Educação Infantil do campo, pois o número de estabelecimentos e turmas não são suficientes para atender ao quantitativo de crianças entre 0 e 5 anos residentes no perímetro rural do município. Isso se evidencia quando os dados revelam que até 2012 não possuíam turmas que atendessem a creche e mesmo que no ano de 2014 foram criadas 12 turmas no ano seguinte o número caiu para apenas 6 turmas. O atendimento para pré-escola também não foi suficiente no período de 2009 a 2016 nessas áreas. O número de turmas chegou a 35 em 2015 com o quantitativo de apenas 647 matrículas. Isso é desagradável de se observar pois existem, segundo o IBGE/2010, 3.592 crianças entre 0 e 5 anos que vivem no campo e até 2016 apenas 23,91% são atendidas em escolas de educação infantil.

Com a realização do estudo também percebemos que o município pouco de importa com a construção de escolas nessas áreas. Os dados revelam que existem 60 escolas municipais em áreas rurais, porém, apenas 6 (10%) atendem a educação infantil e, destas apenas duas atendem especificamente a educação infantil.

Também a pesquisa mostrou com os PPAs analisados, que poucas as ações previstas para a Educação Infantil do campo. A única ação foi o oferecimento de um curso para gestores sobre transporte escolar para áreas rurais. Essas informações fazem-nos perceber que as crianças pequenas do campo

ficam marginalizadas no planejamento das gestões do município de Porto Velho. Porém não adianta existir ações e objetivos previstos se não existem um entendimento por parte dos gestores municipais sobre as especificidades dessas crianças. E é preciso cumprir os as metas postas no papel.

Quanto as análises feitas a partir das receitas recebidas do FUNDEB, demonstramos que o município recebeu mais do que destinou a MDE. Ou seja, pode o município ter ganhado, porém os valores arrecadados não foram suficientes para que se ofereça uma educação de qualidade para as crianças da educação infantil e muito menos para a Educação Infantil do Campo. Os dados revelaram que o município sempre investiu mais no ensino fundamental deixando a educação infantil de lado. Os valores apresentados não seriam suficientes para atender o quantitativo de crianças da cidade e do campo matriculadas. Se temos matrículas temos despesas básicas, como: professores, infraestrutura pedagógica, alimentação, transporte, prédios etc.

Resumidamente quando o assunto é investir Educação Infantil o município de Porto Velho mostra-se distante do que é posto nas legislações. Assim as crianças do campo ficam marginalizadas nas políticas públicas educacionais. Onde suas identidades não deixadas de lado para atender o que a sociedade tem por modelo ideal de cidadão.

Diversos são os desafios expostos na área da Educação Infantil do campo. A legislações conquistadas até o momento abriram o caminho da garantia do direito à educação, mas efetivar plenamente este direito está bem longe de ser alcançado. É preciso o reconhecimento das especificidades que estas crianças pequenas. Assim, o precipício entre as leis e as crianças do campo pode ser fechado.

Concretizar este trabalho proporcionou um entendimento melhor da educação do campo e compreender a importância de ter medidas para melhorar a educação dessa população do município de Porto Velho. Também destacamos que muito ainda deve ser pesquisado sobre a Educação Infantil do campo para que ocorra uma cobrança das leis que existem e que elas sejam executadas. Pois, enfatizamos que não adianta ter leis que tratem sobre se não existe a prática desta lei.

Esperamos que este trabalho traga reflexões e que gere outras pesquisas sobre as infâncias e educação infantil dentro do município de Porto Velho e que contribua com as pesquisas e análises atuais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. L. S. “Desvendando o perfil dos gastos educacionais dos municípios brasileiros”. **Educação e Sociedade**, vol. 33, n. 121, 2012.

ARROYO, M. G. *et al*. (orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas: Editora Autores Associados, 2004.

BORGES, H. S. *et al*. "Políticas e programas de formação continuada de professores/as das escolas do campo em Parintins/AM: avanços e retrocessos". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 13, n. 39, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov;br>. Acesso em: 23/04/2023.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: <www.mec.gov;br>. Acesso em: 23/04/2023.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Planalto, 2007. Disponível em: <www.planalto.gov;br>. Acesso em: 23/04/2023.

BRASIL. **Lei n. 11.494, de 20 de julho de 2007**. Brasília: Planalto, 2007. Disponível em: <www.planalto.gov;br>. Acesso em: 23/04/2023.

BRASIL. **Resolução CNE/ CEB n. 1, de 03 de abril de 2002**. Brasília: Ministério da Educação, 2002. Disponível em: <www.mec.gov;br>. Acesso em: 23/04/2023.

BRASIL. **Resolução CNE/ CEB n. 2, de 28 de abril de 2008**. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <www.mec.gov;br>. Acesso em: 23/04/2023.

CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. **Educação Infantil**: Pra que te quero? Porto Alegre: Editora Artmed, 2001.

FIGUEIREDO, E. L.; MEIRELLES, N. V. S. "Contribuições da educação do campo para uma formação omnilateral". *In*: SENHORAS, E. M. (orgs.). **Educação do Campo**: da Teoria à Empiria. Boa Vista: Editora IOLE, 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Censo Demográfico 2010". **IBGE** [2010]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 03/05/2023.

LEAL, F.; RAMOS, F. "Educação Infantil do Campo em foco: infraestrutura e proposta pedagógica em escolas do nordeste". In.: BARBOSA, M. C. S. (orgs.). **Oferta e demanda de educação infantil no campo**. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2012.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar**: Políticas, Estrutura e Organização. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora EPU, 1986.

OLIVEIRA, R. M.; PONTES, P. A. I.; SERUFFO, M. C. R. "A Educação do campo e os saberes interculturais: ressignifcando práticas docentes". *In*: SENHORAS, E. M. (orgs). **Educação do Campo**: pedagogia, currículo e formação docentes. Boa Vista: Editora IOLE, 2022.

PORTO VELHO. **Lei Complementar n. 648, de 05 de janeiro de 2017**. Porto Velho: Prefeitura do Municipal, 2017 Disponível em: <www.portovelho.ro.leg.br>. Acesso em: 03/05/2023.

PORTO VELHO. **Lei Complementar n. 689, de 31 de outubro de 2017**. Porto Velho: Prefeitura do Municipal, 2017 Disponível em: <www.portovelho.ro.leg.br>. Acesso em: 03/05/2023.

PORTO VELHO. **Lei n. 2.114, de 18 de dezembro de 2013**. Porto Velho: SEMPLA, 2013. Disponível em: <www.portovelho.ro.leg.br>. Acesso em: 03/05/2023.

PORTO VELHO. **Lei nº 1.836, de 20 de outubro de 2009**. Porto Velho: SEMPLA, 2009. Disponível em: <www.portovelho.ro.leg.br>. Acesso em: 03/05/2023.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. "Pesquisas denominadas do tipo "Estado da arte" em educação". **Diálogo Educacional**, vol. 6, n. 19, 2006.

RONDÔNIA. **Anuário Estatístico 2011**. Porto Velho: SEDUC, 2011. Disponível em: <www.portovelho.ro.leg.br>. Acesso em: 03/05/2023.

RONDÔNIA. **Anuário Estatístico 2012**. Porto Velho: SEDUC, 2012. Disponível em: <www.portovelho.ro.leg.br>. Acesso em: 03/05/2023.

RONDÔNIA. **Anuário Estatístico 2013**. Porto Velho: SEDUC, 2013. Disponível em: <www.portovelho.ro.leg.br>. Acesso em: 03/05/2023.

RONDÔNIA. **Anuário Estatístico 2014**. Porto Velho: SEDUC, 2014. Disponível em: <www.portovelho.ro.leg.br>. Acesso em: 03/05/2023.

RONDÔNIA. **Anuário Estatístico 2015**. Porto Velho: SEDUC, 2015. Disponível em: <www.portovelho.ro.leg.br>. Acesso em: 03/05/2023.

ROSEMBERG, F. "Políticas de educação infantil e avaliação". **Cadernos de Pesquisa**, vol. 43, n. 148, 2013.

ROSEMBERG, F. ARTES, A. **Oferta e demanda de educação infantil no campo**: O rural e o urbano na oferta de educação para crianças de até 6 anos. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2012.

SILVA, A. P. S.; PASUH, J.; SILVA, J. B. **Educação Infantil do Campo**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 14 | Nº 41| Boa Vista |2023

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima